

Costa, Carlos Eduardo Lampert

Working Paper

Considerações sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)

Texto para Discussão, No. 2939

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Costa, Carlos Eduardo Lampert (2023) : Considerações sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), Texto para Discussão, No. 2939, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, <https://doi.org/10.38116/td2939-port>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/285061>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.



<https://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br/>

TEXTO PARA DISCUSSÃO

2939

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O NOVO
BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NDB)**

CARLOS EDUARDO LAMPERT COSTA

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O NOVO
BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NDB)**

CARLOS EDUARDO LAMPERT COSTA¹

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diset/Ipea). E-mail: carlos.costa@ipea.gov.br.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

ARISTIDES MONTEIRO NETO

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

Diretor de Estudos Internacionais

FÁBIO VÉRAS SOARES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

Coordenador-Geral de Imprensa e Comunicação Social

ANTONIO LASSANCE

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2023

Costa, Carlos Eduardo Lampert

Considerações sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) /

Carlos Eduardo Lampert Costa. – Brasília, DF : IPEA, 2023.

31 p. : il., gráfs. – (Texto para Discussão ; n. 2939).

Inclui Bibliografia.

ISSN 1415-4765

1. Financiamento ao Desenvolvimento. 2. Bancos Multilaterais.
3. Infraestrutura. 4. Desenvolvimento Sustentável. I. Instituto de
Pesquisa Econômica Aplicada. II. Título.

CDD 332.1532

Ficha catalográfica elaborada por Ana Paula Fernandes Abreu CRB-7/4967.

Como citar:

COSTA, Carlos Eduardo Lampert. **Considerações sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)**. Brasília, DF : Ipea, out. 2023. 31 p. : il. (Texto para Discussão, n. 2939). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2939-port>.

JEL: F53; F63; H81.

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos).

Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE	
1 INTRODUÇÃO	6
2 O NDB COMO ALTERNATIVA DE FINANCIAMENTO AOS PAÍSES EMERGENTES	7
3 A EVOLUÇÃO DO NDB COMO BANCO DE DESENVOLVIMENTO	13
4 A ATUAÇÃO DO NDB NO BRASIL	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS	27
ANEXO A.....	30

SINOPSE

Os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) desempenham um papel importante no aumento da oferta de infraestrutura no Brasil. Esses organismos têm oferecido uma variedade de instrumentos e arranjos financeiros com potencial de alavancar recursos para o financiamento de projetos, notadamente na área de infraestrutura. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo avaliar a atuação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, em inglês), tanto em âmbito global quanto no Brasil. O NDB é uma instituição financeira multilateral relativamente recente e tem como foco a mobilização de recursos para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: financiamento ao desenvolvimento; bancos multilaterais; infraestrutura; desenvolvimento sustentável.

1 INTRODUÇÃO¹

A necessidade de investimentos em infraestrutura é um dos temas prioritários quando se discute as perspectivas de desenvolvimento sustentável em grande parte dos países em desenvolvimento. No caso do Brasil, o baixo nível de investimentos observado nas últimas décadas – que evoluiu negativamente de 5,0% do produto interno bruto (PIB) em 1980 para cerca de 2,0% do PIB em 2021 – gerou um estoque de infraestrutura de baixa qualidade e vulnerável aos padrões climáticos atuais, criando constrangimentos ao aumento da produtividade e ao crescimento de longo prazo. Em recente relatório sobre a avaliação da infraestrutura no país (Andrés, Fenwick e Biller, 2022), o Banco Mundial (Bird) estima que seriam necessários investimentos na ordem de 3,7% do PIB em termos anuais, até 2030, para fechar a lacuna de financiamento em infraestrutura, projetada em cerca de US\$ 800 bilhões.

Frente à necessidade de ampliação e modernização do estoque de infraestrutura e aos constrangimentos fiscais do setor público, que o limitam como elemento propulsor desses investimentos, o governo avançou nos últimos anos na criação de um ambiente mais favorável à participação privada em investimentos de interesse público. Aqui se pode citar não somente a institucionalização de instrumentos para alavancagem de recursos a fim de facilitar as estruturas de financiamento dos projetos,² mas também a criação de um marco regulatório mais propício à ampliação da oferta de infraestrutura no país.

Nesse aspecto, observou-se que os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) apresentaram uma participação relevante no processo de aumento da oferta de infraestrutura no Brasil nos últimos anos, tanto em termos de investimentos públicos quanto privados. Por meio de linhas de financiamento específicas, voltadas ao segmento com garantia soberana (GS) e sem garantia soberana (SGS), esses organismos ofertaram uma série de instrumentos e arranjos com potencial de impacto na alavancagem de recursos para o financiamento de projetos de infraestrutura no país. Adicionalmente, a participação dos BMDs no financiamento de projetos, tende a melhorar a qualidade e, portanto, a atratividade das operações, impactando de forma positiva em seus custos transacionais e operacionais. Tendo em vista o total de desembolsos realizados por esses bancos em projetos de infraestrutura no Brasil em 2021, estima-se

1. O autor agradece os comentários feitos à primeira versão deste texto pelos colegas do Ipea Mauro Santos Silva, Edison Benedito e Fábio Veras. As contribuições de Claudia Prates, Henrique Pissaia e Mauricio Xavier, todos profundos conhecedores do modus operandi do NDB, foram também muito valiosas para a elaboração deste estudo.

2. Por exemplo, a criação de instrumentos para a ampliação do mercado de debêntures de infraestrutura e o financiamento de programas pelo modelo de project finance.

uma participação de, aproximadamente, 0,5% do PIB em investimentos no setor nesse período (cerca de US\$ 8,7 bilhões).³

Nesse contexto, o objetivo do presente texto é avaliar a atuação do Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank – NDB) em termos globais e, particularmente, no Brasil. A motivação da análise leva em consideração as características do NDB como instituição financeira multilateral relativamente recente, concebida e estruturada por países emergentes e voltada à mobilização de recursos para o financiamento de projetos de infraestrutura sustentável.

Além desta introdução, o texto está organizado da forma a seguir explicitada. A seção 2 faz uma breve contextualização a respeito da criação do NDB como um banco alternativo e complementar para o financiamento de países emergentes. Apresenta as linhas gerais de atuação do banco, os aspectos de sua governança, a estrutura de capital e o coloca em perspectiva com outros BMDs com atuação global e regional. A seção 3 descreve a evolução do NDB desde o início de suas atividades operacionais. Com base em informações sobre sua carteira de financiamentos, avalia-se sua evolução, a distribuição setorial dos projetos e as modalidades de financiamento oferecidas. Análise similar é realizada na seção 4, em que se avalia a atuação do NDB no Brasil, procurando-se contextualizar seu desempenho enquanto fonte alternativa de financiamento frente às especificidades do país. Por último, a seção 5 apresenta as considerações finais.

2 O NDB COMO ALTERNATIVA DE FINANCIAMENTO AOS PAÍSES EMERGENTES

A criação do NDB esteve intimamente relacionada ao debate sobre uma nova ordem financeira internacional, ocorrido com a crise financeira internacional de 2008, com a quebra do banco americano Lehman Brothers. Diferentemente de outras crises internacionais, cuja motivação sempre esteve no desequilíbrio financeiro dos países em desenvolvimento, a crise de 2008 teve seu epicentro nos países desenvolvidos, provocando uma mudança de paradigmas sobre as discussões de como mitigar seus efeitos em termos de impacto na economia internacional.

Liderada por países em desenvolvimento que emergiam como uma opção de liderança financeira internacional, a agenda de discussões em torno da nova ordem econômica demandou um maior protagonismo e representatividade desses países em fóruns e instituições internacionais, notadamente aquelas criadas no âmbito do

3. Dados elaborados pelo autor, a partir do volume total de desembolsos da carteira de financiamentos externos em projetos de infraestrutura, em 2021.

acordo de Bretton Woods. Essa agenda tinha como principal reivindicação a reforma da governança do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, de modo a ampliar a representatividade dos países em desenvolvimento na estrutura dessas instituições, refletindo, portanto, o avanço econômico que esses países apresentaram.

Muito embora tenha havido alguns avanços em termos de representatividade,⁴ a resistência dos países desenvolvidos em implementar a totalidade das reformas acordadas fez com que os países do denominado grupo BRICS⁵ começassem a discutir a possibilidade de estabelecer um banco de desenvolvimento. No caso, a proposta foi a de criar uma instituição de caráter financeiro, voltada ao financiamento do déficit de infraestrutura dos países em desenvolvimento e de projetos ambientalmente sustentáveis, além de dar voz e protagonismo aos denominados países emergentes na estrutura de governança financeira internacional (Acioly, 2019).

Também fez parte dessa agenda, a criação de um mecanismo financeiro denominado Contingent Reserves Arrangement (CRA), cujo objetivo era o de funcionar como um fundo de estabilização contra pressões de curto prazo sobre o balanço de pagamentos dos países do BRICS, replicando, de certa forma, o papel do FMI como mecanismo de estabilização contra crises sistêmicas. De acordo com seu documento constitutivo (BRICS, 2014), o mecanismo foi estabelecido por meio de um comprometimento financeiro de US\$ 100 bilhões por parte dos BRICS,⁶ tendo como objetivo a criação de uma provisão de apoio por meio de liquidez e instrumentos de precaução em resposta a pressões reais ou potenciais de curto prazo sobre o balanço de pagamentos. É importante mencionar que o CRA não faz parte do NDB, tendo estrutura de governança própria, vinculada aos ministérios de finanças e a bancos centrais dos países do grupo.

Nesse contexto, o NDB foi concebido como uma instituição global de desenvolvimento, aberta aos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Muito embora tenha sido estruturado dentro de um modelo tradicional de banco multilateral –

4. Houve avanços na participação dos países em desenvolvimento na estrutura de governança do FMI e do Banco Mundial. No FMI, conseguiu-se um aumento de 40% para 45% das cotas. Em relação ao Banco Mundial, houve uma ampliação de 3%, passando de 44% para 47% em termos de participação acionária do banco.

5. O acrônimo BRIC foi formulado pelo então economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, em estudo de 2001, para designar países com potencial para se tornarem emergentes do ponto de vista econômico. Originalmente, o acrônimo BRIC era a designação de um grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia e China. Esse conceito deu origem a um agrupamento político composto por esses países, que foi formalizado em 2009, quando houve a primeira cúpula de líderes. Em 2011, a África do Sul passou a fazer parte desse agrupamento, quando foi adotado o acrônimo BRICS.

6. Os compromissos iniciais do CRA totalizaram US\$ 100 bilhões, de acordo com o seguinte detalhe: i) China: US\$ 41 bilhões; ii) Brasil, Rússia e Índia: US\$ 18 bilhões; e iii) África do Sul: US\$ 5 bilhões.

constituído por um acordo político particular entre um grupo de países e com o propósito de financiar projetos de desenvolvimento a baixo custo financeiro –, seu modelo de governança foi pensado de modo a privilegiar a distribuição igualitária do poder de voto e de decisão entre os sócios-fundadores, sem que nenhum deles tivesse capacidade de veto sobre as matérias tratadas na instituição.

Com um capital autorizado de US\$ 100 bilhões e uma subscrição inicial de capital na ordem de US\$ 50 bilhões,⁷ sua criação foi fortemente influenciada pela visão alternativa de um grupo de países emergentes que, insatisfeitos com as instituições multilaterais existentes, resolveram criar um banco de desenvolvimento cuja estrutura de governança privilegiava a participação de países em desenvolvimento⁸ e com o objeto específico de financiar projetos nas áreas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável.

Movimento semelhante foi a criação do Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB), sob iniciativa da China, no final de 2014. Esse banco multilateral, de abrangência global e com participação determinante da China na sua estrutura de governança,⁹ foi considerado uma importante iniciativa para a sedimentação da estratégia chinesa de fortalecimento de sua presença internacional. Alguns autores, por exemplo, Reisen (2015) e Kaya e Woo (2022), argumentam sobre a relevância da criação do AIIB como instrumento de afirmação da China em nível internacional, como resposta às sucessivas demandas pelas reformas nas instituições financeiras internacionais e aos grandes desafios enfrentados pelos países asiáticos, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento da infraestrutura física. Yu (2017), por sua vez, enfatiza a incapacidade do sistema multilateral vigente de atender à grande demanda por investimentos, notadamente no sul e sudeste da Ásia. Destaca, também, o lançamento da iniciativa da Nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative)¹⁰ como peça central da nova política externa chinesa e o papel do AIIB como um dos mecanismos financeiros para viabilizar essa iniciativa, fornecendo financiamento e assistência técnica.

7. Coube a cada um dos países fundadores do banco a subscrição inicial de US\$ 10 bilhões, dos quais 20% seriam efetivamente integralizados (paid in) e os restantes 80%, contabilizados como ações exigíveis (callable).

8. O Convênio Constitutivo do NDB prevê que a participação de países em desenvolvimento será de, pelo menos, 80% do capital e do poder de voto, sendo que os restantes 20% poderão ser distribuídos aos países desenvolvidos.

9. O AIIB possui atualmente 103 membros e um capital subscrito na ordem de US\$ 97 bilhões. Seu maior acionista é a China, com 26,6% do poder de voto. Brasil, Rússia e Índia detêm, respectivamente, 0,19%, 5,98% e 7,6% do poder de voto da instituição. A África do Sul não participa como acionista do banco.

10. Lançada no final de 2013 pelo governo chinês, a Belt and Road Initiative é uma iniciativa de financiamento de infraestrutura para grande parte da economia global. Atualmente, alcança cerca de 140 países de distintas regiões do globo, estendendo-se pela Ásia, África, Europa e América Latina.

Ao contrário do NDB, que adotou uma governança baseada na distribuição equitativa do poder de voto entre os membros, o AIIB foi concebido com uma estrutura de governança fortemente influenciada pela China. Este país detém a maior quantidade de ações e, por conseguinte, o maior poder de voto (26,6%), o que lhe confere uma grande influência nas decisões estratégicas, inclusive poder de veto em assuntos que eventualmente não sejam de seu interesse.

Retomando a análise sobre o NDB, operacionalmente ele foi estruturado para fornecer financiamentos aos seus países-membros, tendo como perspectiva a complementaridade às demais instituições financeiras. A exemplo dos demais bancos multilaterais, o NDB foi desenhado para financiar operações GS e SGS, oferecendo uma série de serviços financeiros, como financiamentos tradicionais de longo prazo a projetos de interesse público e privado, empréstimos sindicalizados (*A/B loans*),¹¹ garantias e *equity*. Dada as características de risco de cada uma dessas operações, elas diferem entre si em termos de custo e prazo. As operações classificadas como GS apresentam taxas de juros mais baixas e prazos mais longos,¹² enquanto as SGS possuem maior versatilidade e podem compor uma série de opções de serviços financeiros.

O modelo de análise de crédito adotado pelo banco levou em consideração a natureza dos financiamentos com relação às garantias oferecidas. Nos financiamentos GS, as garantias são fornecidas pelos governos dos países-membros (soberana) e o banco possui *status* de credor preferencial. Esses fatores equalizam os riscos entre os mutuários, fazendo com que os custos e prazos de financiamento apresentem o mesmo tratamento entre os países-membros.

Já nas transações SGS, o sistema de avaliação levou em consideração: i) os limites de exposição banco ao projeto;¹³ e ii) o “retorno ajustado ao risco” do investimento, por meio de uma abordagem que considera, principalmente, o risco-país, o risco do projeto e o prazo de vencimento da operação.

11. Trata-se de operações em que uma instituição multilateral, usando de seu prestígio de mercado, atrai bancos e investidores institucionais como cofinanciadores de um determinado projeto. Nessa estratégia, o banco multilateral oferece a parcela A do financiamento com recursos próprios e atua como credor líder de todo o empréstimo A/B.

12. A taxa variável para financiamentos GS varia de 1,17% a 1,51%, em função do prazo da operação (de cinco a dezenove anos). A essa taxa é acrescida um valor adicional baseado na Secured Overnight Financing Rate (SOFR). O custo para financiamentos SGS, por sua vez, depende da avaliação de risco do futuro mutuário. Em média, equivale a 1,5% a mais do que a taxa definida para os financiamentos soberanos.

13. Os limites de exposição não deverão ultrapassar a: i) 25% do custo total do projeto em relação a cada projeto individual; e ii) US\$ 300 milhões em relação a cada mutuário/devedor ou grupo de devedores.

TEXTO para DISCUSSÃO

Em termos de moeda de financiamento, para ambos segmentos (GS e SGS), foram previstos empréstimos em moedas conversíveis e em moeda local dos países-membros, sendo que esta modalidade está vinculada à disponibilidade de intermediação dos recursos no mercado financeiro, normalmente por meio de *swaps* cambiais.

A tabela 1 apresenta o NDB em perspectiva com outros BMDs, com atuação global e regional. Compara informações de caráter financeiro e operacional de modo a situar o banco frente aos seus parceiros em termos de financiamento ao desenvolvimento. De início, é importante ressaltar que, muito embora os bancos apresentados tenham objetivo e estruturação semelhantes, deve-se levar em conta que o NDB é uma instituição recente e com um número limitado de sócios, enquanto os demais possuem uma longa história de atuação no financiamento ao desenvolvimento e, portanto, uma estrutura operacional e financeira mais sedimentada.

TABELA 1

Informações financeiras, operacionais e de governança de BMDs (dez. 2021)

Indicadores	Bird	BID	CAF	NDB	AIIB
Ano de criação	1946	1960	1970	2014	2014
Capital subscrito ^{1,2}	301,9	176,8	5,6	51,5	96,9
Carteira de empréstimos ¹	227,1	108,9	30,1	28,9	31,9
Empréstimos aprovados ¹	33,1	13,7	13,2	5,1	9,9
Desembolsos ¹	28,2	12,6	8,9	7,7	4,7
Gastos administrativos ¹	1,1	592,1	157,5	68,1	288,1
Número de funcionários	12.778	2.000	789	207	359
Número de países-membros	189	48	20	7	92
Qualificação de crédito ³	AAA	AAA	AA+	AA+	AAA

Fontes: Demonstrações financeiras e relatórios anuais do Bird, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), AIIB e NDB.

Elaboração do autor.

Notas: ¹ Valores em US\$ 1 bilhão corrente.

² Inclui recursos sob o conceito de *paid in* e *callable*, no caso do Bird, BID, AIIB e NDB.

³ De acordo com informações da S&P Rating e Fitch Rating.

Observando as variáveis disponibilizadas, chama atenção o volume de capital subscrito do NDB frente ao Bird e ao BID, que são as instituições que mais se assemelham à sua estrutura de capital, em que a porção subscrita é composta pelo capital

pago (*paid in*) e pelo capital exigível (*callable*).¹⁴ Observa-se que o capital subscrito do NDB se encontra substancialmente abaixo dos pares avaliados, representando aproximadamente 17% e 29% do capital do Bird e do BID, respectivamente. A esse respeito, convém mencionar o debate sobre a suficiência de capital do banco ocorrido à época de sua criação, o qual questionava a sua viabilidade como instituição financeira global, levando em conta a desproporção de seu capital frente ao desafio de reduzir as necessidades de financiamento em infraestrutura de países com a magnitude econômica do grupo BRICS.¹⁵ Vale lembrar, contudo, que o banco possui um capital autorizado de até US\$ 100 bilhões, fato que abre espaço para novos aportes de recursos, seja por parte dos atuais países-membros, seja por parte de novos membros, de acordo com o previsto em seu marco normativo e em suas estratégias de crescimento.

Com relação às variáveis de caráter financeiro, como a carteira de financiamentos, os empréstimos aprovados e o volume de desembolsos, a despeito de se apresentarem significativamente menores do que as observadas nas demais instituições, principalmente com relação ao Bird e ao BID, é sempre importante levar em conta a atuação relativamente recente do NDB, a qual impacta significativamente na conformação desses itens. Sobre a qualificação de crédito, convém observar que esta variável reflete a estrutura acionária e, portanto, de governança dos BMDs, em que a proporção da participação acionária entre os países mutuários e não mutuários, a posição econômica e financeira de cada um dos membros e a adoção de políticas de administração financeira ditas “prudentes” por parte do banco influenciam diretamente a qualificação de risco de cada instituição. No caso em análise, um grau de qualificação de risco mais baixo para o NDB e para a CAF justifica-se dada à similaridade de estrutura de capital entre os dois bancos, em que todos os acionistas têm o direito a tomar financiamentos e não há a presença de países desenvolvidos como detentores de parcela significativa de capital. Outro fator, relacionado especificamente ao NDB, é a concentração da carteira de financiamentos em poucos países.

Do ponto de vista dos itens de caráter operacional, chama atenção os valores apresentados pelo NDB em relação aos demais bancos, notadamente no que diz respeito a gastos administrativos, *staff* e número de membros. Esses dados indicam que o NDB se encontra em uma fase incipiente de suas operações, com um número ainda limitado

14. Bancos multilaterais, em geral, são constituídos com aportes de capital de seus membros. Esses aportes são compostos por dois elementos: i) capital integralizado, geralmente pago em cotas (*paid in*); e ii) capital exigível ou de garantia (*callable capital*), não integralizado, que funciona como uma garantia dos países-membros no caso de necessidades de capital adicional.

15. A esse respeito ver Griffith-Jones (2014).

de funcionários (menos de 2% do *staff* do Bird) e de países-membros,¹⁶ embora tenha apresentado um crescimento significativo em sua carteira de projetos nos últimos anos.

3 A EVOLUÇÃO DO NDB COMO BANCO DE DESENVOLVIMENTO

Desde o início de suas atividades, em 2015, o NDB avançou em sucessivas etapas, as quais o vem consolidando como instrumento financeiro alternativo e complementar de seus países-membros. Do ponto de vista de sua estrutura de capital e de governança, durante esse período, os cinco países fundadores concluíram a totalidade dos aportes de capital comprometidos à época do processo de estabelecimento do banco, o que consolidou sua capitalização e, portanto, a confiança como mecanismo de desenvolvimento econômico. Esse processo de capitalização levou o NDB receber, em 2018, grau de qualificação de risco de duas importantes agências internacionais (a Fitch e a S&P), equivalente a AA+,¹⁷ o que, de certa forma, materializou o seu acesso ao mercado financeiro internacional de forma competitiva.

Em termos de acesso ao mercado financeiro internacional, os programas de emissão de bônus do banco incluíram tanto os mercados internacionais quanto os domésticos dos países-membros, de modo a possibilitar a mobilização de recursos em várias moedas. Até dezembro de 2021, foram emitidos o equivalente a, aproximadamente, US\$ 63 bilhões em bônus, a maioria deles denominados em dólares americanos (cerca de 92% do valor das emissões), tendo havido, também, emissões em mercados locais, em moeda chinesa (5% do valor das emissões), em moeda russa (2% do valor das emissões) e em moeda da África do Sul (1% do valor das emissões), de acordo com NDB (2023).

Em 2021, o NDB aprovou a admissão de mais quatro países como sócios, quais sejam: Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Egito e Uruguai. Desses países, apenas o Uruguai ainda não completou o processo para sua admissão e é considerado como “membro potencial”. A expansão do número de sócios marcou o início da expansão do banco como uma instituição multilateral global e constitui-se como uma estratégia prioritária. Com o aumento do número de países-membros, buscou-se uma maior diversificação de risco entre os sócios, a ampliação do potencial de mobilização de recursos financeiros e uma maior diversificação da carteira de projetos do NDB.

16. O aumento do número de países-membros é uma estratégia prioritária para o NDB, não somente para ampliar sua capacidade de alavancar recursos financeiro, mas para se adequar às normas de mercado de qualificação de risco, que levam em consideração, entre outras variáveis, o grau de concentração da carteira de financiamentos, bem como a situação política e econômica dos países-membros.

17. Em julho de 2022, a Fitch rebaixou o grau de qualificação do NDB, de AA+ para AA (com perspectiva negativa), em virtude do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e à posição acionária da Rússia na estrutura de capital do Banco. A S&P não modificou sua classificação de risco para o banco.

Com a entrada dos novos sócios, a estrutura de capital do banco ficou distribuída da forma como mostra a tabela 2.

TABELA 2
Estrutura de capital do NDB
(Em %)

Países-membros	Participação acionária
Brasil	19,42
Rússia	19,42
Índia	19,42
China	19,42
África do Sul	19,42
Egito	2,27
Bangladesh	1,83
Emirados Árabes Unidos	1,08
Uruguai	Membro potencial

Fonte: NDB (2023).
Elaboração do autor.
Obs.: Informações de abril de 2023.

Em termos operacionais, os primeiros financiamentos foram aprovados em 2016, com aproximadamente US\$ 1,5 bilhão em novos projetos. Como resultado de suas operações ao longo dos últimos seis anos, em dezembro de 2021, o banco estruturou uma carteira de projetos com mais de US\$ 29 bilhões, distribuídos entre os cinco países fundadores.

Verificando a evolução da participação dos países na carteira do NDB (gráfico 1), nota-se uma forte concentração de financiamentos na China e na Índia, desde o início de suas operações. Entre 2016 e 2018, esses dois países contribuíram, em média, com cerca de 65% dos investimentos, tendo essa participação caído no período posterior, até alcançar o valor observado de 2021 (50% do total da carteira). Esse maior equilíbrio na distribuição dos investimentos ocorreu, em grande medida, devido ao aumento significativo do volume financeiro das operações do Brasil e da África do Sul, notadamente a partir de 2019, como resultado da participação mais efetiva do banco nesses países e da criação de uma linha de financiamento emergencial, em 2020, com o objetivo de ajudar os países a fazer frente aos impactos econômicos

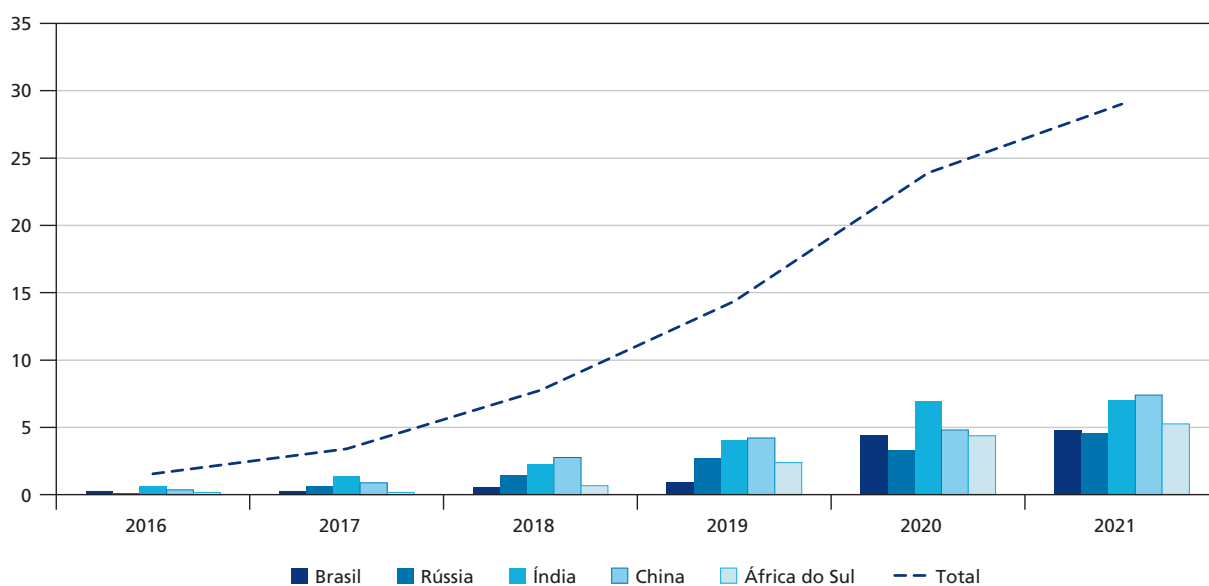
TEXTO para DISCUSSÃO

provocados pela pandemia de covid-19 (*Covid-19 Emergency Assistance*).¹⁸ A grande adesão à essa linha de financiamento emergencial – foram aprovados mais de US\$ 9 bilhões para os cinco países-membros – estabeleceu um novo patamar para a carteira do NDB, que praticamente dobrou entre 2019 e 2021, passando de US\$ 14,4 bilhões para US\$ 29 bilhões. Rússia e África do Sul foram os países que apresentaram maior crescimento médio da carteira de financiamentos no período, com uma evolução de 114% e 96%, respectivamente. O Brasil, por sua vez, apresentou um crescimento de aproximadamente 74%, no mesmo período.

GRÁFICO 1

NDB: evolução da carteira de financiamentos (2016-2021)

(Em US\$ 1 bilhão)



Fontes: NDB (2022a); e All Projects/NDB (disponível em: <https://www.ndb.int/projects/all-projects/?country=brazil&key>).

Elaboração do autor.

Em termos da distribuição setorial da carteira de projetos (gráfico 2), observou-se que mais da metade dos recursos (56%) foram alocados nos setores de energia limpa, infraestrutura de transporte, saneamento e desenvolvimento urbano. Além disso, 32% dos financiamentos (US\$ 9,2 bilhões) foram alocados no atendimento à linha emergencial de assistência à covid-19, linha de crédito disponibilizada por praticamente

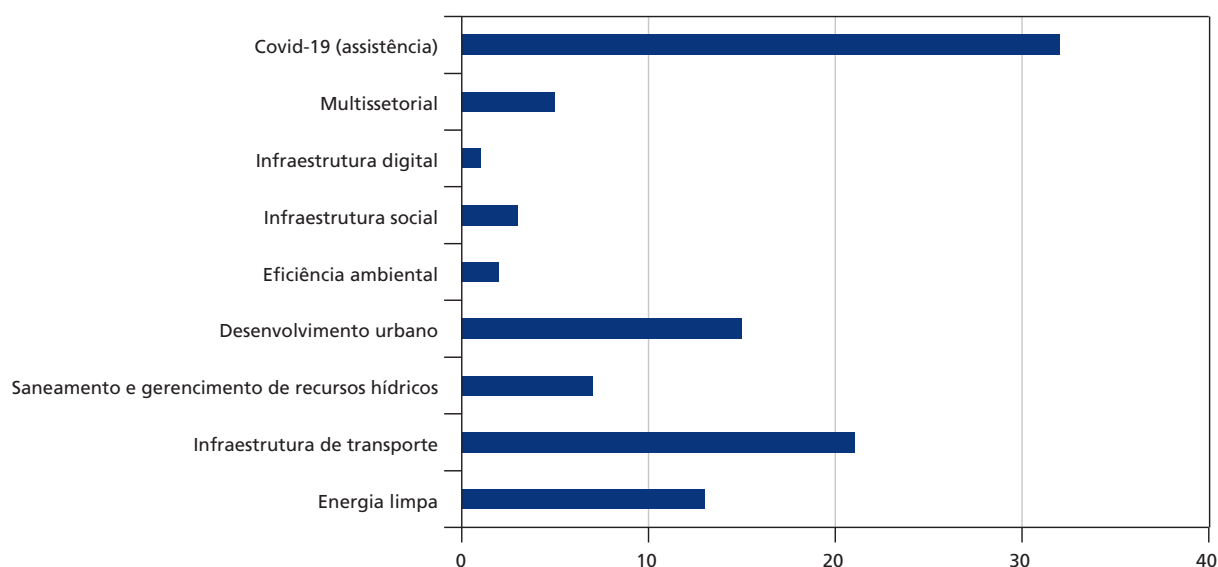
18. Trata-se de linha de financiamento emergencial, no valor de até US\$ 10 bilhões, criada para auxiliar os países-membros do NDB na implementação de estratégias para fazer frente aos impactos econômicos e sociais da pandemia provocada pela covid-19.

todos os BMDs na época da pandemia. Desconsiderando essa linha de financiamento extraordinária, e tendo em conta o mandato do banco dirigido ao financiamento de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, pode-se concluir que ele tem mantido coerência na alocação de seus recursos, atendendo majoritariamente operações voltadas às suas prioridades setoriais.

GRÁFICO 2

NDB: distribuição setorial da carteira de projetos (dez. 2021)

(Em %)



Fonte: NDB (2022a).

Elaboração do autor.

No que diz respeito aos desembolsos, variável que têm impacto direto no desempenho operacional e financeiro da instituição, o gráfico 3 fornece informações para o período 2016-2021. Em termos agregados, observou-se um crescimento significativo no volume de desembolsos realizados, atingindo US\$ 7,6 bilhões em 2021. Foi notado que esse volume aumentou gradualmente, porém a partir de um patamar relativamente baixo até 2019, passando a evoluir de maneira exponencial até 2021. Essa *performance* refletiu o aumento e a consolidação da carteira de financiamentos do banco, que cresceu mais que nove vezes entre 2016 e 2019 (gráfico 1).

No que se refere à distribuição dos desembolsos entre os países, foi constatado que até 2020 havia uma predominância de recursos destinados a projetos na Índia e na China, que eram os países mais representativos na carteira de financiamentos nesse período. Já em 2021, devido às melhorias na estrutura operacional do banco nos demais países e à criação da linha de financiamento emergencial para o combate

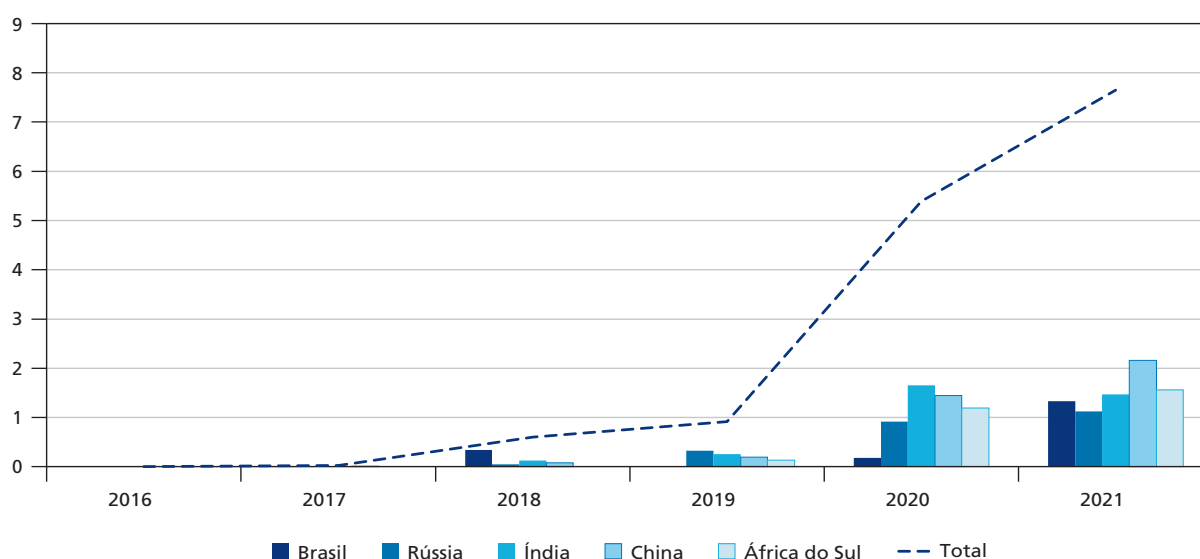
TEXTO para DISCUSSÃO

à covid-19, que se caracterizou como financiamentos relativamente elevados e de rápidos desembolsos, houve uma distribuição mais proporcional dos desembolsos entre os países-membros.

GRÁFICO 3

NDB: desembolsos anuais por países-membros (2016-2021)

(Em US\$ 1 bilhão)



Fonte: NDB (2022a).

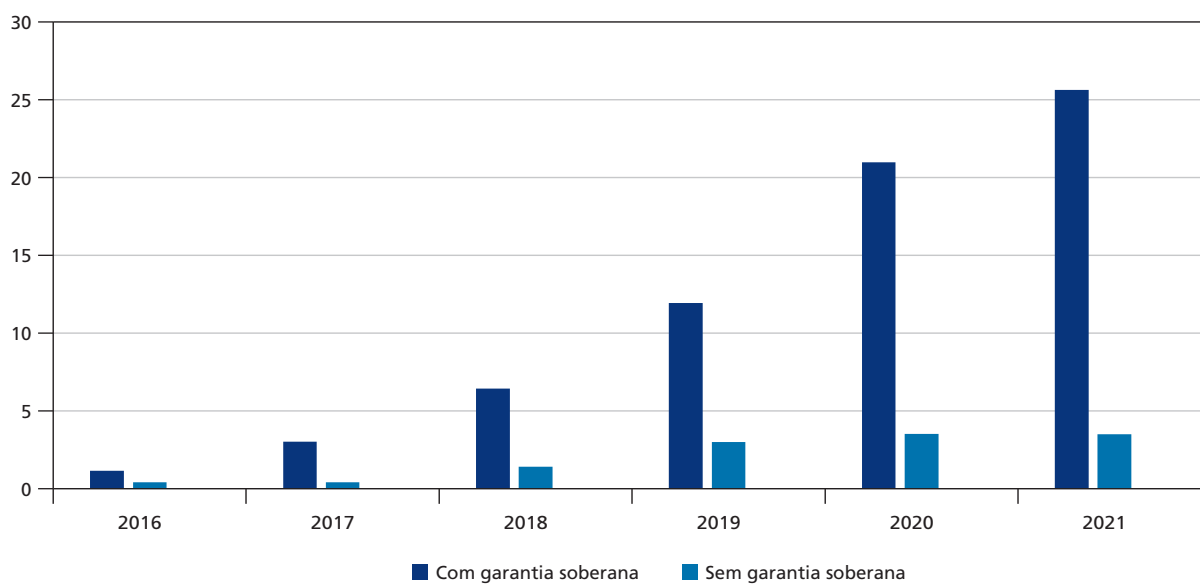
Elaboração do autor.

O gráfico 4 apresenta a evolução da carteira de financiamentos do NDB por tipo de operação (GS, SGS). De uma maneira geral, observa-se que ambas as modalidades de financiamento apresentaram valores crescentes nesses seis primeiros anos de operação do banco, muito embora em patamares distintos. As operações SGS passaram de um nível de cerca de US\$ 400 milhões, em 2016, para US\$ 3,5 bilhões, em 2021, significando um crescimento dessa carteira de mais de oito vezes.

Em relação às operações GS, ademais de terem partido de um patamar substancialmente superior, elas apresentaram um crescimento exponencial no período. Essa carteira cresceu mais de 22 vezes, passando de um volume de recursos da ordem de US\$ 1,1 bilhão, em 2016, para US\$ 25,6 bilhões, em 2021. Em termos de participação relativa, observou-se que houve um aumento das operações do segmento GS, que passaram de 74% para 89% da carteira no final do período.

GRÁFICO 4**NDB: evolução da carteira por tipo de operação (2016-2021)**

(Em US\$ 1 bilhão)



Fonte: NDB (2022a).

Elaboração do autor.

A característica da carteira de financiamentos do NDB, em termos de modalidade das operações, obedece a uma estratégia comum aos demais BMDs. Como regra, os portfólios encontram-se fortemente concentrados em operações GS, significando carteiras com baixo risco financeiro e voltadas à demanda do setor público para o financiamento de infraestrutura econômica e social. Esse tipo de dinâmica, associada a uma baixa alavancagem financeira, à forte liquidez e ao *status* de credor preferencial, mantém uma qualificação de risco que viabiliza o acesso dos BMDs ao mercado de capitais, de modo a captar recursos a custos mais competitivos quando comparados aos custos individuais que cada país-membro captaria.

A tabela 3 compara a alocação das operações nos segmentos GS e SGS em BMDs selecionados. Observou-se que, em média, os BMDs alocaram mais de 80% de seus financiamentos em operações soberanas (GS).

TABELA 3**Carteira por segmento de operações por BMD (dez. 2021)**

BMDs	Carteira (US\$ 1 milhão)	%
NDB	29,1	100
GS	25,6	88
SGS	3,5	12
CAF	30,2	100
GS	26,5	88
SGS	3,6	12
Grupo BID	126,4	100
GS	108,9	86
SGS	17,5	14
Grupo Banco Mundial	298,5	100
GS	218,8	73
SGS	79,7	27

Fontes: Demonstrações financeiras do NDB, CAF, Grupo BID (BID e BID Invest) e Grupo Banco Mundial (Bird e IFC).

Elaboração do autor.

4 A ATUAÇÃO DO NDB NO BRASIL

O início das operações do NDB no Brasil foi marcado por uma série de obstáculos, os quais dificultaram a prospecção e a aprovação de projetos. As características da demanda de financiamento, concentrada em nível subnacional e em bancos e empresas públicas, a complexidade do processo de avaliação das operações no âmbito do governo federal e as equipes técnicas incipientes, por parte do banco, dificultaram o trabalho de preparação de novos projetos. Após 2016, novas operações só foram aprovadas em 2018, totalizando US\$ 250 milhões.¹⁹

19. Em 2018, foram aprovados pelo banco dois projetos, totalizando cerca de US\$ 250 milhões de novos financiamentos. Foram contemplados o estado do Pará, com um financiamento de US\$ 50 milhões e a Petrobras, com um projeto de US\$ 200 milhões.

A partir de 2019, como resultado de uma série de medidas tomadas pelo banco, como abertura de representações locais, fortalecimento das equipes, maior conhecimento do país e de seus processos de avaliação e processamento de operações de crédito, o Brasil reposicionou-se em termos de sua participação relativa na carteira do banco. A carteira de financiamentos cresceu exponencialmente – mais de quatro vezes entre 2019 e 2020 – com a aprovação de aproximadamente US\$ 3,5 bilhões em seis projetos, todos GS.

A criação de uma linha emergencial de financiamento para apoiar medidas de combate aos efeitos econômicos e sociais da covid-19 foi determinante para o reposicionamento do Brasil na carteira de financiamentos do NDB. A captação desses recursos fez parte de uma estratégia do governo brasileiro²⁰ para reforçar financeiramente os programas de renda básica emergencial e manutenção de emprego e renda, criados para o enfrentamento dos efeitos da crise sanitária, bem como apoiar a rede de proteção social já existente, por exemplo, os programas Bolsa Família e Seguro-Desemprego. É importante mencionar que linhas similares de financiamento emergencial foram também criadas por praticamente todos os BMDs e pelas agências internacionais com atuação no país. No caso do NDB, foram contratados US\$ 2 bilhões, alocados na execução de dois projetos de emergência voltados ao reforço da estratégia de combate aos efeitos econômicos da covid-19.²¹

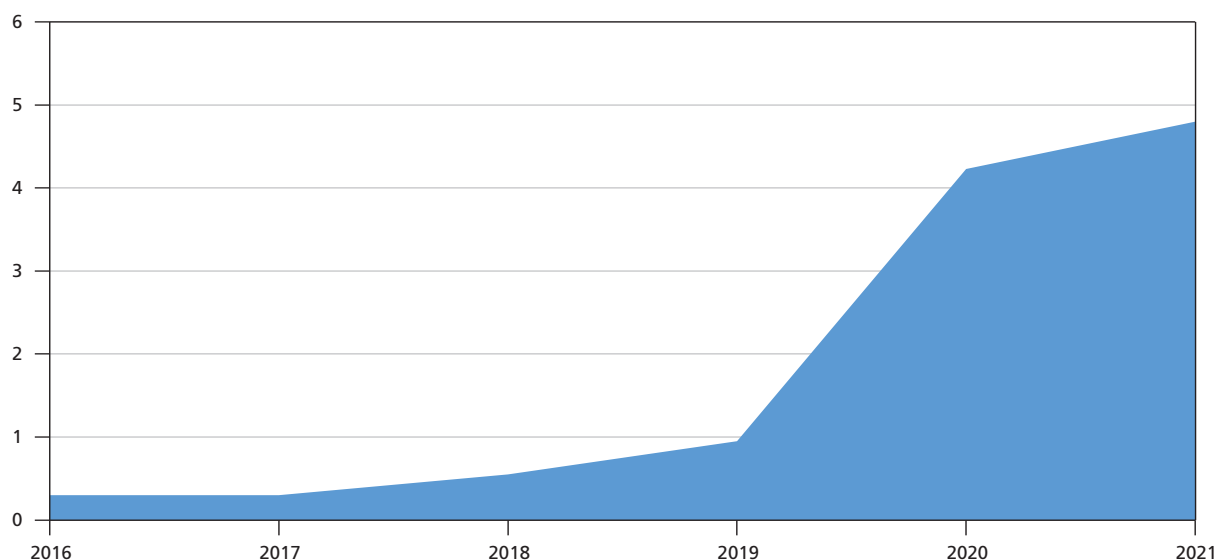
O gráfico 5 apresenta a evolução da carteira de empréstimos do NDB no Brasil, desde o início de suas operações.

20. O Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pela Covid-19 foi uma estratégia de reforço ao caixa do Tesouro Nacional com o objetivo de fortalecer os programas sociais de enfrentamento aos impactos da pandemia de covid-19. Tratou-se de operação de financiamento externo junto a um consórcio de bancos multilaterais (BID, Bird, NDB, CAF, Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW)), no valor total de cerca de US\$ 4 bilhões.

21. A primeira operação, aprovada em julho de 2020, no valor de US\$ 1 bilhão, teve como objetivo dar suporte aos programas sociais do governo, particularmente aqueles relacionados à manutenção de renda mínima. O segundo projeto, aprovado em dezembro de 2020, também no valor de US\$ 1 bilhão, tratou de apoiar a estratégia do governo de fornecer crédito para pequenas e microempresas, por meio da capitalização do Programa Emergencial de Acesso a Crédito do Fundo de Garantia de Investimento (Peac- FGI), sob a operacionalização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

GRÁFICO 5**NDB: evolução da carteira de financiamentos ao Brasil (2016-2021)**

(Em US\$ 1 milhão)



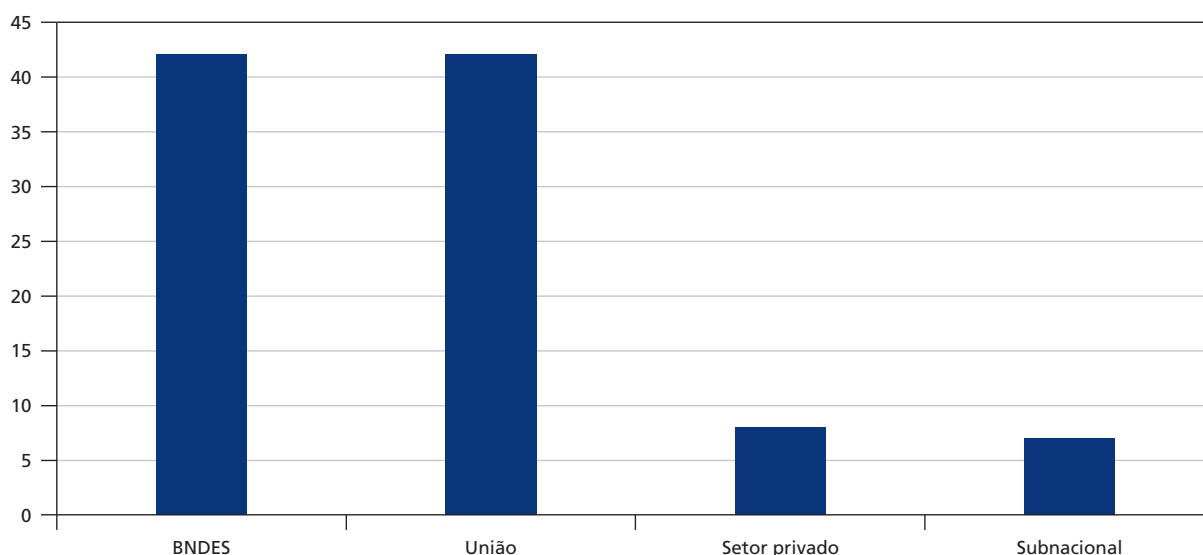
Fonte: All projects/NDB (disponível em: <https://www.ndb.int/projects/all-projects/?country=brazil&key>).
Elaboração do autor.

A distribuição da carteira por mutuário, ilustrada no gráfico 6, reflete a estratégia de atuação do banco no Brasil nos últimos anos. Observa-se uma forte concentração desse portfólio em projetos de interesse do BNDES e da União, que juntos corresponderam a aproximadamente 84% dos recursos. Somente o BNDES contribuiu com 42% dos financiamentos, sendo que os projetos direcionados ao setor privado (8%) e aos entes subnacionais (7%) representaram 15% do portfólio do NDB no país.

Avaliando com mais detalhe a tipologia das operações da carteira por mutuário, observou-se que a União contratou, durante o período, dois projetos, ambos vinculados à linha de financiamento emergencial de enfrentamento à covid-19, em um valor total de US\$ 2 bilhões. O BNDES, por sua vez, contratou três operações, todas vinculadas à concessão de linhas de crédito, para os setores público e privado, vinculadas a temas de financiamento de energias renováveis, mudanças climáticas e infraestrutura sustentável. Com relação aos entes subnacionais, observou-se que os projetos se vincularam às temáticas de interesse prioritários desses entes, como infraestruturas de transporte, urbana e educacional. No que diz respeito ao setor privado, as operações focaram em áreas como infraestrutura sustentável e proteção ambiental. No quadro A.1 do anexo A são apresentados os financiamentos aprovados para o Brasil no período 2016-2021.

GRÁFICO 6**NDB: carteira de financiamentos ao Brasil por mutuário**

(Em %)

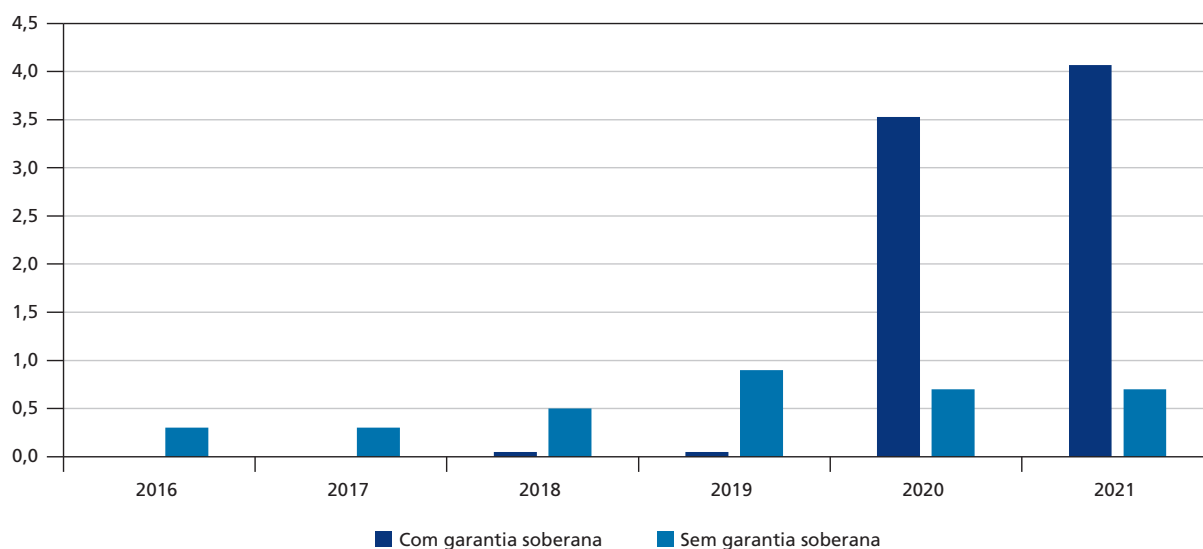


Fonte: All projects/NDB (disponível em: <https://www.ndb.int/projects/all-projects/?country=brazil&key>).
Elaboração do autor.

A classificação da carteira por segmentos de operação (GS e SGS) é disponibilizada no gráfico 7. Ao contrário do que se observou na carteira global do NDB, em que sempre houve uma preponderância das operações GS (gráfico 4), a carteira brasileira apresentou, até 2019, um predomínio de projetos SGS. Este segmento de financiamento chegou a representar cerca de 95% do portfólio em 2019. Nesse período, foram aprovados projetos SGS de interesse do BNDES, da Petrobras, do Fundo Pátria e da Vale, os quais somaram US\$ 900 milhões. A partir de 2020, com as operações emergenciais contra a covid-19 (que somaram US\$ 2 bilhões) e outras operações de interesse do BNDES (US\$ 1,2 bilhão), do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE (US\$ 134 milhões) e de dois municípios (Teresina e Curitiba, por US\$ 50 milhões e US\$ 75 milhões, respectivamente), o segmento GS cresceu significativamente na carteira brasileira, chegando a representar cerca de 85% dos projetos financiados pelo banco em 2021.

GRÁFICO 7**NDB: evolução da carteira por segmento de operações no Brasil (2016-2021)**

(Em US\$ 1 bilhão)



Fonte: All projects/NDB (disponível em: <https://www.ndb.int/projects/all-projects/?country=brazil&key>).
Elaboração do autor.

O crescimento dos financiamentos do segmento GS delineou uma tendência clara na atuação do NDB no Brasil: foco em financiamentos, de interesse de bancos e empresas públicos e entes subnacionais, com pouco destaque às operações SGS, dirigidas ao setor privado ou mesmo ao setor público, por intermédio de bancos e empresas estatais.

Muito embora essa estratégia seja compatível com a atuação dos demais bancos multilaterais no país, é importante mencionar que, no caso dos entes subnacionais, ela apresenta limites, tendo em vista os critérios para a concessão da garantia soberana e a situação financeira de parcela importante dos estados e municípios.²²

Nesse sentido, seria conveniente que o banco empreendesse esforços na expansão de sua base de financiamentos SGS, por intermédio da ampliação de sua competitividade e abrangência desse segmento de crédito. É importante mencionar que essa modalidade amplia as opções de atuação do banco no país, abrindo possibilidades de trabalho não somente com o setor público, mas também com o setor privado, empresas estatais e na viabilização de projetos de interesse público com a participação privada. Essa última opção é de extrema importância, pois pode levar o banco a exercer um

22. Os critérios para a concessão da garantia soberana estão vinculados, principalmente, à comprovação de bons indicadores financeiros, como a capacidade de pagamento e o nível de endividamento, de acordo com critérios estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

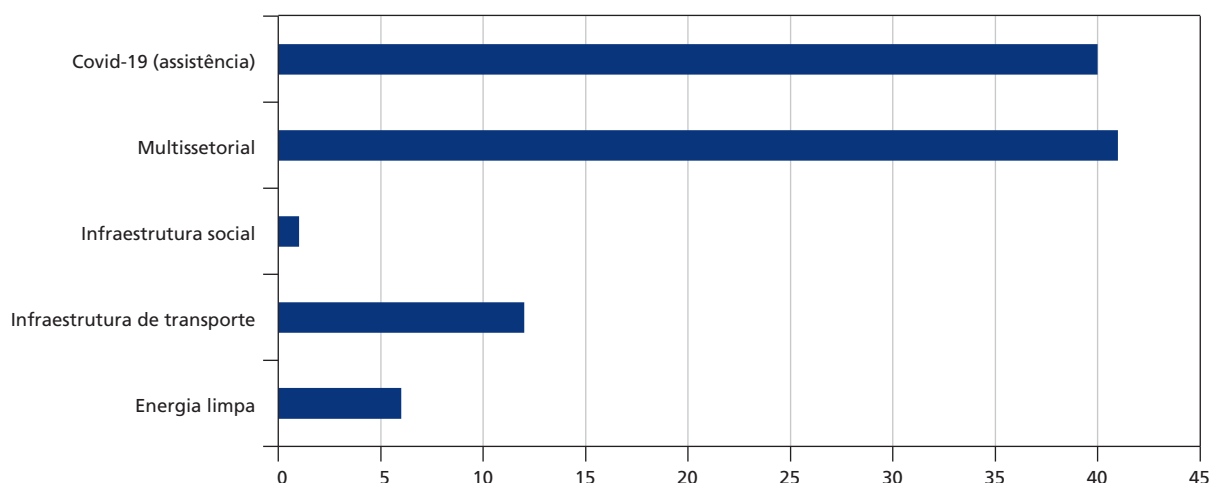
papel importante na disponibilização de recursos, por meio da oferta de instrumentos financeiros para viabilizar as operações privadas, como financiamentos de longo prazo, garantias e liderança na formação de consórcios para o financiamento dos projetos.²³

Em termos da distribuição setorial da carteira de financiamentos (gráfico 8), observou-se que 53% dos recursos foram alocados nos setores de operações multissetoriais (41%), infraestrutura de transportes (12%), além de uma alocação significativa relacionada à linha de emergência da pandemia de covid-19, com 40% dos recursos. Os demais setores, como energia limpa e infraestrutura social, representaram cerca de 7% do portfólio do banco no Brasil.²⁴

GRÁFICO 8

NDB: distribuição setorial da carteira de projetos do Brasil (2021)

(Em %)



Fonte: All projects/NDB (disponível em: <https://www.ndb.int/projects/all-projects/?country=brazil&key>).
Elaboração do autor.

A concentração de financiamentos no setor “multissetorial”, refletiu a atuação do banco no país, estruturada em financiamentos de grande porte ao Sistema Nacional de Fomento (SNF), notadamente ao BNDES. Esses financiamentos, na modalidade de programas de linha de crédito (subempréstimos) aos setores público e privado, tinham como objetivo a execução de programas de crédito multissetoriais, nas áreas de energia renovável, mobilidade urbana sustentável, resíduos sólidos, cidades sustentáveis,

23. O NDB, por meio de sua estratégia geral 2022-2026 (NDB, 2022b), estabeleceu a meta de 30% para os financiamentos SGS, em relação ao total da carteira do banco.

24. De acordo com os critérios do NDB, projetos que envolvam a execução de mais de um setor de atuação são considerados como “multissetoriais”.

recuperação de florestas, eficiência energética, água e saneamento, entre outros setores. Os financiamentos ao BNDES corresponderam a cerca de 86% dos financiamentos classificados nesse setor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação do presente texto foi descrever a atuação do NDB enquanto banco multilateral de desenvolvimento. Criado em 2014 como uma fonte alternativa de financiamento voltada aos países em desenvolvimento, o NDB foi concebido como uma instituição multilateral de caráter financeiro, endereçada a financiar projetos ambientalmente sustentáveis, particularmente na área de infraestrutura econômica e social.

Observou-se que, a despeito de ter iniciado suas operações há relativamente pouco tempo, o banco apresentou um crescimento expressivo de sua carteira de projetos. Em termos financeiros, esse portfólio avançou mais de dezoito vezes entre 2016 e 2021, alcançando nesse ano mais de US\$ 29 bilhões em financiamentos em todos os seus países-membros. Embora com atuação relativamente concentrada na China e na Índia, a evolução de sua carteira refletiu o forte trabalho que o banco desenvolveu nos últimos anos, de modo a se tornar uma alternativa concreta de fonte de financiamento ao desenvolvimento.

Não obstante essa *performance* recente, observou-se que o NDB se encontra em um processo de consolidação como instituição financeira global quando comparado a outros BMDs, apresentando, portanto, uma série de desafios a serem endereçados nos próximos anos. A ampliação do número de membros e da capacidade financeira e a busca por se tornar uma instituição de desenvolvimento inovadora e relevante são os principais desafios a serem enfrentados pelo banco, em nossa opinião.

Sobre a ampliação do número de países-membros, esse é um processo complexo, mas de importância estratégica para a consolidação do NDB. Sua consecução proporcionará uma maior diversificação de risco entre os membros, ampliará o potencial de mobilização de recursos financeiros, fortalecerá sua presença institucional e agregará valor em termos de experiências de políticas de desenvolvimento, provenientes de um leque mais amplo de países-membros.

A elevação da capacidade financeira, por sua vez, é requisito para a sua consolidação como banco de desenvolvimento, notadamente frente à demanda potencial de seus sócios-fundadores, que se caracterizam como economias com grandes expectativas de investimentos, notadamente na área de infraestrutura. Importante mencionar, também, os enormes desafios de mobilização de capital a serem enfrentados pelos países

em desenvolvimento, entre eles os do agrupamento BRICS, para o financiamento da transição para uma economia de baixo carbono e o atingimento das metas previstas no Acordo de Paris. Frente a esses desafios, o NDB tem que avançar no sentido de construir uma estrutura de capital compatível com a demanda potencial por financiamentos, ampliando sua base de recursos financeiros por meio de novas capitalizações e da entrada de novos membros.

No que diz respeito à busca de relevância como instituição de desenvolvimento, o banco precisa constantemente trabalhar na inovação de seus processos internos e externos. Isso implica incorporar as boas práticas operacionais e de governança adotadas por instituições com mais experiência, além de oferecer modalidades e serviços financeiros flexíveis e inovadores que sejam funcionais para todos os seus países-membros. Nesse aspecto, é importante mencionar que o NDB foi criado para ser um banco inovador e dinâmico, empenhado em promover uma visão alternativa do desenvolvimento econômico e capaz de propor soluções para o enfrentamento de grandes desafios, por exemplo, o fenômeno das mudanças climáticas.

Adicionalmente, não pode deixar de ser mencionado o grande desafio que o conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia representa para o futuro do NDB, especialmente considerando o isolamento econômico e diplomático da Rússia. É importante registrar que este país ocupa um relevante papel na estrutura financeira e de governança do banco, e qualquer que seja o desdobramento do conflito, certamente impactará diretamente nas perspectivas futuras do NDB.

Sobre a atuação do NDB no Brasil, foi observado um crescimento significativo da sua carteira de operações, muito embora em proporções mais modestas do que em nível global. O trabalho do banco no país nesses últimos anos concentrou-se não somente na estruturação de uma carteira de projetos que atendesse as prioridades do país e do banco, mas também na necessidade de distribuir, de modo mais equitativo, o portfólio de financiamentos entre os seus países-membros. Nesse aspecto, a estratégia desenvolvida foi a de prospectar projetos junto ao SNF, particularmente com o BNDES, por meio de projetos de valores relativamente elevados, destinados ao financiamento de programas de crédito multissetoriais, aos setores público e privado, em áreas relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. A esse conjunto de projetos, somou-se operações de caráter extraordinários com a União e, com menor impacto financeiro, projetos junto aos entes subnacionais e ao setor privado. Como resultado, no final de 2021, o Brasil detinha cerca de 17% de sua carteira de financiamentos e o NDB, a terceira maior carteira de projetos financiados por bancos multilaterais do país, atrás do BID e do Bird.

TEXTO para DISCUSSÃO

Em termos de desafios de sua atuação no país, vemos como importante a consolidação de uma carteira de financiamentos mais equilibrada entre operações GS e SGS. É importante destacar que esta última modalidade de financiamento abre possibilidades de atuação não apenas junto ao setor público, por meio do sistema nacional de fomento e empresas, mas também ao setor privado, possibilitando sua participação no financiamento de projetos de interesse público, via concessões ou parcerias público-privadas. A atuação mais intensiva do banco junto ao setor não soberano proporcionaria maior flexibilidade e rentabilidade à sua carteira de financiamentos, haja vista sua independência da situação fiscal do país e dos custos financeiros diferenciados deste segmento. Adicionalmente, proporcionaria maior impulso a investimentos em infraestrutura econômica e social, viabilizando, por meio de serviços financeiros específicos, uma maior participação privada em projetos públicos e o desenvolvimento de projetos específicos em empresas estatais.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, L. **Arquitetura financeira conjunta do BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2019.

ANDRÉS, L. A.; FENWICK, C.; BILLER, D. **Brazil Infrastructure Assessment**. Washington: World Bank, 2022.

BRICS. **Treaty for the establishment of a BRICS Contingent Reserve Arrangement**. Fortaleza, 2014.

GRIFFITH-JONES, S. **A BRICS development bank: a dream coming true?** Genebra: UNCTAD, 2014. (Texto para Discussão, n. 215).

KAYA, A.; WOO, B. China and the Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB): Chinese influence over membership shares? **The Review of International Organizations**, v. 17, p. 781-813, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11558-021-09441-1>.

NDB – NEW DEVELOPMENT BANK. **Annual Report 2021**. NDB, 2022a. Disponível em: www.ndb.int/wp-content/uploads/2022/08/NDB-Annual-Report-2021-Online-Version.pdf.

NDB – NEW DEVELOPMENT BANK. **NDB general strategy (2022-2026)**. NDB, 2022b. Disponível em: www.ndb.int/wp-content/uploads/2022/07/NDB_StrategyDocument_Eversion-1.pdf.

NDB – NEW DEVELOPMENT BANK. **Investor presentation**. NDB, abr. 2023. Disponível em: https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2023/04/Investor-Presentation-April_20230406.pdf.

REISEN, H. Will the AIIB and the NDB Help Reform Multilateral Development Banking? **Global Policy**, v. 6, n. 3, set. 2015. Disponível em <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12250>.

YU, H. Motivation behind China's 'One Belt, One Road' initiatives and establishment of the Asian infrastructure investment bank. **Journal of Contemporary China**, v. 26, n. 105, p. 353-368, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AIIB – ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK. **Articles of agreement**. AIIB, 2015. Disponível em: https://www.aiib.org/en/about-aiib/basic-documents/_download/articles-of-agreement/basic_document_english-bank_articles_of_agreement.pdf.

BATISTA JÚNIOR, P. N. BRICS: o novo banco de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 88, p. 179-184, set.-dez. 2016.

BATISTA JÚNIOR, P. N. **The BRICS and the financing mechanism they created**. New York: Anthen Press, 2022.

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Relatório Anual 2021**. Washington, 2022. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/viewer/Relatorio-anual-2021-do-Banco-Interamericano-de-Desenvolvimento-Resenha-do-ano.pdf>.

BRAGA, J. P.; CONTI, B. D.; MAGACHO, G. The New Development Bank as a mission-oriented institution for just ecological transition: a case study approach to BRICS sustainable infrastructure investment. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 29, 2022.

CHILIATTO, M. V. O Brasil e sua posição estratégica nos bancos multilaterais de desenvolvimento. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 29, 2022.

COSTA, C. E. L.; FORERO, M. F.; ALMEIDA, N. F. de. **As relações econômicas do Brasil com os principais bancos multilaterais de desenvolvimento (1990-2012)**. Brasília: Ipea, 2014.

HURLEY, J.; MORRIS, S.; PORTELANCE, G. **Examining the debt implications of the Belt and Road Initiative from a policy perspective**. Washington: CGD, 2018. Disponível em: <https://www.cgdev.org/publication/examining-debt-implications-belt-and-road-initiative-policy-perspective>.

MENDONÇA, M. A. A. de; LOPES FILHO, C. R. F. U.; OLIVEIRA, J. K. B. da S. A Nova Rota da Seda e a projeção econômica internacional da China: redes de financiamento e fluxos de investimento externo direto (IED). **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 31, set.-dez. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11136>.

NDB – NEW DEVELOPMENT BANK. **NDB general strategy (2017-2021)**. NDB, 2017. Disponível em: www.ndb.int/wp-content/uploads/2017/08/NDB-Strategy.pdf.

NDB – NEW DEVELOPMENT BANK. **Policy on Transactions without Sovereign Guarantee**. NDB, 2018. Disponível em: www.ndb.int/Policy-on-Transactions-without-Sovereign-Guarantee-091818.pdf.

NDB – NEW DEVELOPMENT BANK. **Policy on Sovereign Loans and Loans with Sovereign Guarantee**. NDB, 2019. Disponível em: www.ndb.int/wp-content/uploads/2017/02/Policy-on-Sovereign-Loans-and-Loans-with-Sovereign-Guarantee.pdf.

ROCHA, K.; MARQUES, N. L. **Incentivos Regulatórios para investimentos em infraestrutura**: opções reais e a metodologia de indenização de ativos. Brasília: Ipea, 2023.

ROCHA, K. **Investimentos privados em infraestrutura nas economias emergentes**: a importância de ambiente regulatório na atração de investimentos. Rio de Janeiro: Ipea, 2020.

SANTOS, P. P. dos. **Introductory guide to infrastructure guarantee products from multilateral development banks**. Washington: IDB, 2018. (Nota Técnica, n. 01611).

SOUZA, H. P. de. **Bancos multilaterais de desenvolvimento e o Brasil**. Curitiba: Editora Juruá, 2023.

WORLD BANK. **The World Bank Annual Report 2021**. Washington: World Bank Group, 2021. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/120541633011500775/The-World-Bank-Annual-Report-2021-From-Crisis-to-Green-Resilient-and-Inclusive-Recovery>.

VIANA, A. R.; CINTRA, A. M. M. G20: os desafios da coordenação global e da regulação financeira. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 1, 2010.

ANEXO A

QUADRO A.1

NDB: Financiamentos aprovados ao Brasil (2016-2021)

Ano de aprovação	Mutuário	Nome de projeto	Valor do financiamento (US\$ milhão)	Setor	Segmento	Status
2016	BNDES	Programa de Financiamento de Energia Renovável	300	Energia limpa	SGS	Concluído
2018	Estado do Pará	Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Municípios do Pará	50	Multissetorial	GS	Em execução
2018	Estado do Maranhão	Projeto de Integração do Corredor Norte-Sul do Maranhão	71	Infraestrutura de transporte	GS	Cancelado
2018	Petrobras	Projeto de Proteção Ambiental	200	Proteção ambiental	SGS	Concluído
2019	Vale	Projeto de Melhoria da Infraestrutura na Região Norte	300	Infraestrutura de transporte	SGS	Em execução
2019	Fundo Pátria	Patria Infrastructure Fundo IV	100	Multissetorial	SGS	Em execução
2020	Município de Teresina	Programa de Infraestrutura Educacional de Teresina	50	Infraestrutura social	GS	Em execução
2020	União	Programa de Assistência Emergencial de Combate à Covid-19	1.000	Assistência emergencial	GS	Em execução

(Continua)

TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

Ano de aprovação	Mutuário	Nome de projeto	Valor do financiamento (US\$ milhão)	Setor	Segmento	Status
2020	União	Programa de Assistência Emergencial de Combate à Covid-20	1.000	Assistência emergencial	GS	Em execução
2020	BNDES	Projeto de Infraestrutura Sustentável	1.200	Multissetorial	GS	Em execução
2020	Município de Curitiba	Projeto de Melhoramento do Sistema de Transporte Coletivo de Curitiba	75	Infraestrutura de transporte	GS	Em execução
2020	BRDE	Programa de Financiamento da Infraestrutura Rural e Social	134	Multissetorial	GS	Em execução
2021	Estado do Pará	Pará II – Infraestrutura de Transporte para o Desenvolvimento Regional	153	Infraestrutura de transporte	GS	Cancelado
2021	BNDES	BNDES Clima: Programa de Suporte às Mudanças Climáticas	500	Multissetorial	GS	Em execução
2021	Município de Sorocaba	Projeto de Mobilidade Urbana de Sorocaba	40	Infraestrutura de transporte	GS	Em execução

Fonte: NDB. Disponível em: https://www.ndb.int/projects/all-projects/page/3/?country=brazil&key_area_focus&project_status&type_category&pyearval#038;key_area_focus&project_status&type_category&pyearval#paginated-list.

Obs.: BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; SGS – sem garantia soberana; GS – com garantia soberana; e BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Brena Rolim Peixoto da Silva

Cayo César Freire Feliciano

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

Editoração

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Natália de Oliveira Ayres

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro
por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria
ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

